

Economia - Brasil

REAL EM
BAIXA

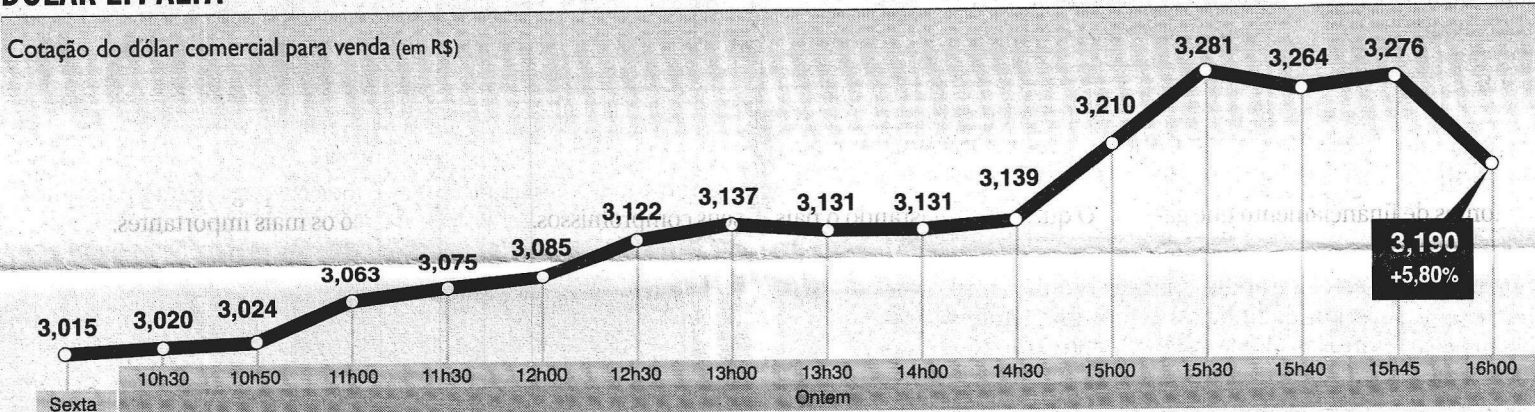
Governo terá que pegar mais dinheiro emprestado do FMI para atender às empresas brasileiras que precisam de moeda estrangeira para pagar dívidas no exterior. Mercado está fechado a financiamentos e BC terá de atuar como intermediário de operações comerciais

Paulo Whitaker / Reuters



DÓLAR EM ALTA

Cotação do dólar comercial para venda (em R\$)



Fontes: Banco Central, Bovespa, Reuters

Somente neste segundo semestre, as empresas brasileiras terão que pagar no exterior US\$ 15,222 bilhões entre o principal e juros da dívida. Entre agosto e outubro, isto é, até as eleições, vencerão US\$ 6,951 bilhões. Mas não há crédito disponível no mercado internacional para o Brasil. No máximo, 20% das operações estão sendo roladas.

O mercado está apostando que o reforço de caixa acertado entre o governo e o FMI dará ao Banco Central fôlego para aumentar de US\$ 50 milhões para US\$ 200 milhões por dia o volume de intervenções diárias no mercado. A política das intervenções em agosto será anunciada, no máximo, amanhã pelo diretor de Política Monetária do BC, Luiz Fernando Figueiredo.

A alta do dólar está pressionando a inflação. Ontem, o BC divulgou nova revisão para cima do IPCA, índice usado para as metas de inflação: 5,96% no ano, 0,5 ponto percentual além do teto de 5,5% fixado pelo governo. A previsão de crescimento da economia caiu de 2% para 1,93%, mostrando que o país caminha para a recessão. A dívida pública — metade corrigida pela variação do dólar — cresceu R\$ 88 bilhões do início de junho até ontem.

Pelas regras do FMI, as reservas líquidas do Brasil estão em US\$ 24,6 bilhões. Como há a exigência de um piso de US\$ 15 bilhões, restam apenas ao BC US\$ 9,6 bilhões para conter a especulação. Desse dinheiro, cerca US\$ 1 bilhão será gasto por mês até o fim do ano, se for mantida a política de dar razão diária ao mercado de US\$ 50 milhões por dia. Restará, portanto, muito pouco para atender à demanda do setor privado e para o cumprimento de compromissos do governo até o fim do ano.

Vicente Nunes,
Paulo Silva Pinto
e Ricardo Leopoldo

Da equipe do Correio

Foram necessárias apenas cinco horas de negócios para que o dólar atingisse ontem a marca recorde de R\$ 3,29, provocando estragos brutais sobre a economia brasileira. Para quem estava acompanhando o movimento das mesas de operações dos bancos e as antessalas dos principais integrantes da equipe econômica do governo, apenas uma palavra pode exprimir o clima presente: pânico. O dólar chegou a subir 8,94%, alta inferior apenas à valorização de 10,83% do dia 15 de janeiro de 1999, quando o governo acabou com o sistema de câmbio fixo. A moeda norte-americana encerrou a segunda-feira a R\$ 3,19, com elevação de 5,80%. Ainda que tenha havido um recuo de preço no fim do dia, o mercado deu um sinal claro: sem o socorro do Fundo Monetário Internacional (FMI) o Brasil pode quebrar.

Acuado, o governo decidiu mandar hoje à noite, para Washington, uma equipe chefiada pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier. Ele e o diretor de Política Econômica do Banco Central, Ilan Goldfajn, vão apresentar um programa ao Fundo para reforçar as reservas do país entre US\$ 10 bilhões e US\$ 20 bilhões. Em

troca, mais aperto fiscal. Hoje, pelas regras do FMI, o Brasil dispõe de apenas US\$ 9,6 bilhões para intervir no mercado de câmbio e atender à procura por dólar por parte das empresas privadas brasileiras. As companhias que têm empréstimos vencendo no exterior não conseguem rolar as dívidas porque o mercado financeiro internacional praticamente fechou as portas para o Brasil. O dinheiro do FMI é fundamental para que as empresas possam manter em dia o pagamento de seus compromissos.

Foi essa corrida em busca de dólar para pagar dívidas que levou a moeda norte-americana a dar saltos assustadores ao longo do dia. Pelas contas dos operadores, as compras totalizaram US\$ 1 bilhão, dos quais cerca de US\$ 150 milhões foram vendidos pelo BC por meio de três intervenções no mercado. A maior compra, segundo os operadores, foi fechada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A empresa adquiriu US\$ 200 milhões, pois terá que pagar US\$ 350 milhões no dia 2 de agosto. "Foram dezenas de operações de compra, variando entre US\$ 20 milhões e US\$ 80 milhões cada", disse Fábio Fender, da Corretora Liquidez.

A demanda por dólar surpreendeu o governo, que, diante da brusca subida da moeda norte-americana no início de junho, acreditava que muitas empresas já tinham se

antecipado a futuros problemas e feito caixa para quitar os débitos. "Erramos nossa previsão. Descobrimos que a corrida por dólar só se deu depois de a moeda ter rompido a barreira psicológica dos R\$ 3", afirmou um técnico da equipe econômica. "Diante desse quadro, e como o mercado está seco de crédito externo, ficou claro que, com o caixa atual, o BC não tem como abastecer o mercado", frisou.

AVERSÃO

A escassez de recursos, provocada pela aversão dos investidores externos por países dependentes de capital como o Brasil, fez o risco-país disparar. Esse indicador fechou o dia a 2.162 pontos, com alta de 8,6%. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) chegou a ensaiar valorização de quase 5% pela manhã, impulsionada pelo bom desempenho dos mercados norte-americanos. Mas a crise interna falou mais alto. A Bovespa cravou alta de apenas 0,25%. Os C-Bonds, títulos mais negociados da dívida externa, despencaram 6,04%, cotados a 52% do valor nominal.

Temendo que o dia já abrisse nervoso, por falta de perspectivas em relação a um acordo com o FMI, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, acordou de madrugada para ir ao estúdio da TV Globo em Brasília. Em entrevista ao vivo no telejornal Bom Dia Brasil ele deixou claro que o no-

vo acordo com o Fundo sairá mesmo sem o aval dos principais candidatos à Presidência da República. "Temos de ser responsáveis fiscalmente, porque acreditamos que é importante sê-lo. Queremos manter a inflação sob controle, porque acreditamos que é isso que deseja a maioria da população e acho que temos que respeitar contratos", afirmou. "Como todos os candidatos têm deixado claro que são favoráveis a isso, não considero ingerência quando os próprios candidatos já se manifestaram claramente, alguns por escrito, a esse respeito. Não se está pedindo nada mais", assinalou.

Malan foi o primeiro integrante do governo a rebater, de forma veemente, as declarações do secretário do Tesouro dos Estados Unidos Paul O'Neill, de que recursos do FMI poderiam estar sendo transferidos para contas da Suíça por governos do Brasil e da Argentina. "O Brasil tem uma seriedade no uso desses recursos", afirmou o ministro, que falou por telefone com O'Neill. Malan passou o dia ao telefone com o presidente Fernando Henrique Cardoso, e com o presidente do Banco Central, Arminio Fraga, para acertar os detalhes do acordo com o FMI. O acerto final sobre o socorro ao Brasil foi feito entre Malan e os dois principais comandantes do Fundo: o diretor-gerente, Horst Köhler e a vice-diretora-gerente, Anne Krueger.

A aversão ao risco-Brasil está tão forte, que até mesmo as linhas de crédito para o financiamento ao comércio exterior estão mingando. Vários bancos, sobretudo os estrangeiros, cortaram em até 80% a oferta de financiamento e, das operações aprovadas, o pagamento está sendo feito entre 60 e 90 dias. Em tempos de normalidade, essas linhas — vitais para o país — são abundantes e com prazos superiores a 1 ano.

O Brasil precisa de US\$ 1 bilhão por semana para fechar suas contas. Mas, por causa dos sucessivos escândalos de fraudes de balanços em empresas dos Estados Unidos e da Europa, o dinheiro está sumindo. As perdas dos investidores nesses mercados os afastam de economias emergentes, como o Brasil. Ontem, o grupo norte-americano de telecomunicações Qwest admitiu que escondeu perdas de US\$ 1,16 bilhão entre 1999 e 2001.

O acordo com o FMI poderá se estender até o fim do primeiro ano do próximo governo. Será a única forma de garantir uma transição segura e de evitar que o país mergulhe em uma profunda recessão. O acordo com o FMI afastará, por exemplo, o medo de que o futuro presidente deixe de pagar os compromissos do governo que vencerem no ano que vem, de cerca de US\$ 13 bilhões.

O governo republicano, do presidente George W. Bush, virou as costas para a América Latina. Isso ficou claro em dezembro do ano passado, com a quebra da Argentina. No fim da era Clinton, o FMI, com o apoio do Tesouro dos EUA, emprestou US\$ 41,5 bilhões ao Brasil em novembro de 1998. Esse apoio acabou.